

Deliberação nº 44 – 1ª Câmara

Aprovada em 8/7/86 – Processo nº 40003.000140/86-61

Interessado: Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Assunto: Obra: “Como Modelar Calçados”, de autoria de Gerson Hoffmann

Relator: Daniel da Silva Rocha

### **Ementa**

Independente de seu texto literário ou científico, o livro publicado é obra protegida na forma como dispõe o Art. 6º item I, da Lei nº 5988/73.

### **I – Relatório**

O Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional consulta este Conselho Nacional de Direito Autoral-CNDA sobre a possibilidade de registro, naquela Biblioteca, da obra “COMO MODELAR CALÇADOS”, de autoria de Gerson Hoffmann, por entender que a mesma se enquadra no Art. 6º da Lei 5988/73. O Processo contém um exemplar do livro em publicação da SAETA GRÁFICA EDITORA LTDA. (1985 – São Paulo).

O Parecer da CJU deste Conselho é pelo indeferimento, baseando-se em decisão desta Câmara (Deliberação nº 33/83): “OBRA INTELECTUAL PROTEGÍVEL, NO SENTIDO QUE LHE DÁ O ART. 6º DA LEI Nº 5988/73, É SEMPRE A FORMA DE EXPRESSÃO DE UMA CRIAÇÃO DO ESPÍRITO E NÃO AS IDÉIAS, INVENTOS, SISTEMAS OU MÉTODOS VEICULADOS PELA OBRA INTELECTUAL”.

### **II – Análise**

No caso presente, não se trata de obter proteção do direito de autor para uma idéia, sistema, invenção ou método. É justamente a “forma de expressão de uma criação intelectual” que o próprio parecer citado concorda em ser protegível na forma do Art. 6º. E o é sem dúvida, pois se trata de um livro, impresso em 1985.

O autor na introdução de seu livro diz: “Este Manual não tem a intenção de fazer modelistas mesmo porque modelista não se produz, não se fabrica”.

“Este Manual deverá, em muito, auxiliar os novos artistas, e mesmo alguns veteranos que embora já consagrados não possuam nenhum sistema geométrico, capaz de lhes facilitar o trabalho”.

E confessa ainda:

“Este Manual tem como base inicial o Método de Robert Knöfel, modelista austríaco, em seu Manual publicado em 3ª edição no ano de 1891 na cidade de Viena”.

Ele mesmo declara não se tratar de uma invenção, mas apenas de um livro que difunde conhecimentos dos mais úteis sem a preocupação de obter qualquer privilégio pessoal.

Esta tem sua guarida sempre que traduzida em um bem social, na legislação referente a marcas e patentes.

### **III – Voto**

Em face do exposto, sou pelo deferimento do pretendido que é o registro da obra publicada.

Brasília, 8 de julho de 1986.

Daniel da Silva Rocha  
Cons. Relator

### **IV – Decisão da Câmara**

A Primeira Câmara, à maioria, acompanhou o voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 08 de julho de 1986.

Cons. Romeo B. Nunes dos Santos

Cons. Marco Venício Mororó de Andrade

D.O.U. 24.07.86 – Seção I, pág. 10.993